

O conceito de autonomia no marxismo contemporâneo

Massimo Modonesi

Versão original: “El concepto de autonomía en el marxismo contemporáneo”, in ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.) (2011) Pensar las autonomías: alternativas de emancipación al capital y el Estado. 1ª ed. México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

Artigo recebido em 21/01/2020 e aceito em 07/06/2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Introdução

O conceito de autonomia, que aparece com frequência nos argumentos de diversos movimentos antissistêmicos e nos debates sobre as alternativas ao capitalismo em nossos dias, tem entre seus antecedentes e origens políticas e teóricas uma longa tradição de pensamento marxista¹.

Ao mesmo tempo, seu significado foi oscilando entre diferentes concepções e, apenas em algumas ocasiões, foi objeto de desenvolvimento teórico sistemático. Dentre eles, destaca-se o Socialismo ou Barbárie (SoB), um grupo político de nítida inspiração marxista revolucionária que, na França dos anos cinquenta, colocou esse conceito no centro de sua reflexão política, buscando associar e articular os dois principais significados que circulavam no debate marxista anterior: a ideia de autonomia como emergência do sujeito sociopolítico e a de autonomia como característica do processo e do horizonte emancipatório propriamente dito, ou seja, da construção do socialismo.

Autonomia, independência e emancipação no pensamento de Marx

A presença e a utilização do conceito de autonomia no marxismo é, sem dúvida, difusa e variada.

Sendo uma palavra de uso mais comum e frequente que subalternidade e antagonismo, em seu significado linguístico geral, como sinônimo positivo de independência, permite sua utilização por parte de Marx e Engels em numerosos e diferentes planos que vão da autodeterminação dos povos à perda de autonomia do operário frente à máquina, passando pela autonomia relativa do Estado e à teorização do bonapartismo. Por outro lado, uma noção de autonomia, ainda que na ausência de referências nominais, pode ser rastreada nas reflexões de Marx sobre o trabalho vivo e a formação da subjetividade operária na articulação entre ser social e consciência social. Por último, o conceito ocupa um lugar fundamental quando explicitamente designa a

¹ A outra abordagem histórica de referências à autonomia remete ao pensamento e ao movimento anarquista. Sem esquecer a origem kantiana e o desenvolvimento filosófico do conceito, ligado a independência da subjetividade individual, que segue ocupando um lugar importante tanto nos debates filosóficos como na psicologia e psicanálise atuais.



independência de classe, a autonomia política do proletariado, a auto-atividade, *selbsttätigkeit*² em alemão.

Ao mesmo tempo, na medida em que um significado específico de autonomia se afasta do uso teórico e político do conceito por parte dos anarquistas, aos olhos de Marx e dos marxistas a palavra fica desacreditada em sua qualidade prescritiva, orientada no plano das definições e do projeto político. Em um artigo sobre a ideia de autoridade, Engels expressa claramente esse rechaço à ideia libertária da autonomia como princípio organizador e como valor absoluto.

É absurdo falar do princípio de autoridade como um princípio absolutamente mau e do princípio de autonomia como de um princípio absolutamente bom. A autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social. Se os autonomistas se limitassem a dizer que a organização social do futuro restringirá a autoridade até o limite estrito em que a façam inevitável nas condições de produção, poderíamos nos entender; mas, longe disso, permanecem cegos a todos os fatos que fazem necessária a autoridade e arremetem com furor contra ela (ver Engels, 1873).

Este rechaço à ideia de autonomia como essência, método e forma das lutas e do processo emancipatório será uma constante na concepção marxista da política como correlação de forças, na qual a autonomia figura como um dado sempre relativo na construção da independência do sujeito-classe que não tem valor em si mesmo, mas na relação de conflito que configura. Contudo, para além da polêmica com o anarquismo, Marx e Engels aceitavam e promoviam a ideia do comunismo como realização de uma autonomia social e individual, ainda que sem a nomear como tal, na forma de “uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um condicione o livre desenvolvimento de todos” (Engels e Marx, 1985: 129) e de uma sociedade regida pelo princípio de “De cada um, de acordo com suas habilidades; a cada um, de acordo com suas necessidades!” (Ibid.: 14), e a posterior superação da necessidade: “o reino da liberdade” (Ibid.: 1044). A partir desse ângulo, a autonomia integral poderia ser considerada um ponto de chegada, a autorregulação da sociedade futura, textualmente, a condição-situação de autodeterminação na qual os sujeitos estabelecem as normas às quais se submetem, a negação positiva da heteronomia e da dependência. Nesse

² A palavra alemã *selbsttätigkeit* desta passagem fundamental foi traduzida como autonomia, mas também como auto-atividade, auto-ativação ou autoconstituição.



sentido, Marx e Engels distinguem um princípio de autodeterminação válido para caracterizar o objetivo, mas não as passagens do processo de emancipação, entendido como contraposição e luta; isto é, relacional, e, portanto, irreduzível a esferas ou âmbitos totalmente separados e independentes, que implicaria assumir a exterioridade da classe trabalhadora da relação de dominação e do conflito que a atravessava.

Por outro lado, tampouco a ideia de autogestão – uma noção específica de autonomia operária surgida em meados do século XX – aparece nas ideias marxianas e, ainda assim, Marx abordou uma temática afim, a das cooperativas, assumindo uma postura claramente polêmica que, se por um lado reconhecia seu valor como “criações autônomas”, (Bourdet, 1977: 57-74) por outro desconfiava do seu caráter localizado e da sua relação com o Estado e o mercado, pois considerava que poderiam ter sentido anti e pós-capitalista apenas após o triunfo da revolução socialista e na medida em que o modelo cooperativo pudesse estender-se à escala da sociedade em seu conjunto.

No entanto, num contexto mais geral e empírico, como sinônimo de independência da classe proletária, a noção de autonomia aparece de forma constante e reiterada no centro das preocupações políticas de Marx e Engels em relação a formação da classe como construção política. Nesse sentido, aparece no Manifesto: “o movimento proletário é o movimento autônomo de uma imensa maioria dirigida ao interesse de uma maioria imensa” (Marx y Engels, 1988: 120). Nestes termos gerais, como adjetivo qualificado mais do que como substantivo, a ideia de autonomia ronda o pensamento político de Marx e Engels como uma passagem fundamental do processo de emancipação que apenas será se for obra dos próprios operários, isto é, se for expressão do seu poder autônomo. Apenas com esse significado relativo a uma condição que possibilita um exercício de poder, o conceito aparece em sentido prescritivo – sendo expressão da existência da classe para si – e se insere em uma lógica processual que se expressa mais precisamente na ideia de autonomização e de construção e exercício de poder do que nas de independência ou autonomia propriamente, assumindo, com Thompson, que a classe (o sujeito) não se forma para depois lutar, mas se forma na luta. Ainda na ausência de uma explicitação conceitual, essa ideia abre a porta para a valoração dos processos de subjetivação correspondentes à incorporação da experiência da emancipação, começando por seus primórdios, a condição de independência relativa à emergência e à formação de classe.



Como conclusão, ainda em meio às suspeitas derivadas das polêmicas com o anarquismo, a ideia de autonomia aparece como uma peça importante na engrenagem das categorias marxianas: como princípio de ruptura política, como expressão de emergência, poder da classe para si; e, apenas em segundo plano e com maior ambiguidade conceitual, como uma forma da futura sociedade comunista³.

Vejamos como, sob essas bases, o debate marxista posterior retomará esta problemática.

A ideia de autonomia no debate marxista

O tema da autonomia tem sido indiscutivelmente o que, entre os três que estamos a analisar, mais debates e polêmicas tem suscitado dentro do marxismo como resultado da abertura semântica da palavra e seu maior grau de oscilação conceitual.

Mabel Thwaites (2004: 17-22), escrevendo a partir da experiência argentina de 2001-2002, indica cinco ideias possíveis do conceito: autonomia do trabalho frente ao capital (autogestão), autonomia do sujeito social frente às organizações partidárias ou sindicais, frente ao Estado, frente às classes dominantes (ideológica) e, por último, a autonomia social e individual (como modelo de sociedade). Esta tipologia pode ser reordenada à luz dos debates marxistas correspondentes. A primeira definição é, sem dúvida, fundamental, mas poderia e deveria incluir um horizonte mais amplo do que o da autogestão, abarcando os processos de autonomização do trabalho vivo que, como vimos a partir das intuições de Marx, desenvolve a classe operária italiana em geral, e em particular em Negri com o conceito de autovalorização. A segunda, de origem anarquista, desaparece como tal, frente às abordagens marxistas sobre o papel do sindicato e do partido, e se translada ao problema da relação entre “espontaneidade e direção consciente”, para usar a fórmula de Gramsci. A terceira é de outra ordem – tático-estratégica, em função do confronto com a dominação burguesa – e, portanto, não equivalente em nível teórico na medida em que, em amplo sentido, há um consenso no princípio que corresponde a formação de classe para si e do partido como expressão

³ Um exercício erudito de leitura libertária de Marx encontra-se em Rubel (2000: 284-327), particularmente em relação com o tema de classe, no qual sustenta que Marx avança na ideia da “autoconstituição da classe” (*Ibid.*: 289). Outra possibilidade, mais recente, de uma leitura autonomista de Marx a partir de um conceito similar pode encontrar-se em Bonefeld (2008).



da autonomia política dos operários frente ao Estado e às classes dominantes e como caldeirão da sua autonomia ideológica – a quarta acepção assinalada por Thwaites. Além disso, a quinta dimensão, a mais problemática e menos generalizada dentro do marxismo, não deixa de se vincular à primeira, isto é, a autogestão em relação ao social, mas ao mesmo tempo, desdobra-se fora do marxismo como autonomia individual, tanto nas correntes libertárias como, fundamentalmente, no liberalismo e no terreno da psicologia e da psicanálise⁴. Por último, nessa tipologia não aparece a noção de autonomia como processo de subjetivação política relacionada com as experiências de emancipação que vamos rastreando e argumentando e que não se pode resumir – ainda que esteja esboçada – na ideia de independência de classe na sua acepção clássica e tradicional e vinculando-se tanto ao tema do modelo de sociedade como da autogestão.

No fundo, os usos marxistas do conceito de autonomia podem resumir-se em duas vertentes: a autonomia como independência de classe – subjetiva, organizativa e ideológica – no contexto da dominação capitalista burguesa e a autonomia como emancipação, como modelo, prefiguração ou processo de formação da sociedade emancipada. A primeira, desde Marx, constitui um pilar indiscutível do pensamento marxista. A segunda – em seus matizes – não é patrimônio comum dos marxistas, mas foi, como veremos, desenvolvida por algumas correntes e alguns autores. Nessas possíveis articulações entre ambas encontramos o miolo do debate marxista contemporâneo e os caminhos de uma potencial abertura e consolidação conceitual.

Antes de entramos neste terreno, não podemos esquecer também que, em nível nominal, a palavra autonomia aparece estreitamente associada à problemática cultural e territorial das autonomias locais e ao problema da autodeterminação dos povos e das autonomias locais. Este uso aparece constantemente na literatura marxista e contribui com a perda de especificidade do conceito de outros planos teóricos. Para dar um exemplo sobressalente, o artigo de Paul Lafargue (1881) intitulado “La autonomia” está centrado no tema do Estado e do território e, apenas em última instância, faz referência a descentralização produtiva em tons polêmicos que associam as propostas pequeno-burguesas às anarquistas. Em geral, Lafargue defende a centralização contra às autonomias e, com ironia totalmente francesa, critica o caráter

⁴ Ver a síntese tipicamente liberal que propõe Norman (2007) depois de analisar diversos autores. Por outro lado, a reflexão filosófica de Mier (2009: 83-122), quem relaciona a autonomia com a experiência e a ação coletiva, mas sem ancorá-la a uma matriz antagonista e a conformação de subjetividades políticas concretas.



impreciso do conceito: “Há tantas autonomias como omeletes e morais, não é um princípio eterno, mas um fenômeno histórico”.

Ao mesmo tempo, recordemos que a linha crítica contra o autonomismo anarquista – baseado na exaltação da espontaneidade e da ação direta – não deixará de ser uma constante no debate marxista do século XX. A título de exemplo, é ilustrativa a contundência polêmica dos argumentos de León Trotsky (1921) em um artigo intitulado *As lições da Comuna*:

A passividade e a indecisão se viram favorecidas neste caso pelo princípio sagrado da federação e da autonomia [...].

Se o particularismo e o autonomismo democrático são extremamente perigosos para a revolução proletária em geral, são ainda dez vezes mais perigosos para o exército. Um exemplo trágico da Comuna nos demonstrou isso [...].

Por meio de seus agentes, seus advogados e seus jornalistas, a burguesia tem proposto uma grande quantidade de fórmulas democráticas, parlamentares, autonomistas, que não são mais do que os grilhões com que amarra os pés do proletariado e impede seu avanço.

De fato, apenas uma acepção de autonomia, a da independência de classe herdada do Manifesto, constitui um pilar teórico e aparece constantemente no sentido positivo em função de uma passagem fundamental na construção do movimento revolucionário. Por exemplo, Rosa Luxemburgo (1915), em *A crise da social-democracia*, escreve:

Seu papel, como vanguarda do proletariado militante, não é se colocar às ordens das classes dirigentes em defesa do Estado classista atual, nem de se apartar silenciosamente esperando que a tempestade passe, mas o de seguir na autonomia política de classe que em toda a grande crise da sociedade burguesa golpeia as classes dirigentes e empurra a crise para mais longe dela mesma.

Na ótica dos processos de subjetivação política, as intuições de Rosa Luxemburgo são particularmente férteis na medida em que, ainda que sem passar pelo conceito de autonomia que se reservava para o debate sobre a questão das nacionalidades, insiste no “movimento mesmo” da classe (Luxemburgo, 1969: 47) de classe e na espontaneidade como recurso – “a coordenação espontânea dos atos políticos conscientes de uma coletividade” (Ibid.: 48) – apontado para a experiência – “a luta cotidiana” (Ibid.: 61) – como fator fundamental de diálogo entre o ser social e a consciência social⁵. Ao mesmo tempo, em meio às polêmicas suscitadas por suas

⁵ Ver em particular o debate com Lenin sobre o partido bolchevique, Luxemburgo (1969: 41-63); Luxemburgo (2003; 1995). Guérin (s/f) inicia uma problematização comunista libertária do pensamento de Rosa Luxemburgo. Para leituras *luxemburguistas*, ver Basso (1997) e Geras (1980).



posturas, Rosa Luxemburgo será uma – senão a principal – fonte de inspiração para correntes marxistas que, com maior ênfase, incorporarão a ideia de autonomia como emancipação.

De fato, o debate suscitado pelas posturas de Rosa Luxemburgo tornou-se crucial na medida em que o tema da espontaneidade produzia e produziu curtos circuitos no marxismo na medida em que, com exceção da “abertura” operada por Rosa Luxemburgo, dominavam as posturas que o associavam à inconsciência e que, de Kautsky a Lenin, sustentava a necessidade de sua superação por meio de uma intervenção externa ao partido, da vanguarda consciente. A trajetória de Trotsky – do conselhismo ao bolchevismo centralista e, finalmente, a um bolchevismo pluralista – nesse debate é uma mostra dos diversos matizes que pode assumir a valoração de uma combinação entre espontaneidade e consciência e sua tradução estratégica e organizativa⁶.

A tendência dominante da identificação entre espontaneidade e autonomia – versus anarquismo – fez com que, dentro do marxismo contemporâneo, o tema da autonomia de classe, como princípio de separação, fosse uma hipótese aceita; e que a ideia de autonomia como emancipação, como objetivo ou como processo de autodeterminação progressiva fosse patrimônio apenas de perspectivas e correntes específicas. Nessa última hipótese, com exceção dos casos que mencionaremos adiante, o conceito de autonomia não tem sido objeto de teorizações específicas, mesmo que venha fazendo-se presente como referência constante, com diversos alcances e graus de abertura.

Nesta linha, seria o chamado conselhismo – inspirado nas intuições de Rosa Luxemburgo – a corrente marxista que, com mais convicção e insistência, articularia a ideia de autonomia de classe em função da realização concreta de sua expressão de poder e de autodeterminação, não apenas como princípio de existência subjetiva – de fundação política de classe – para si ou em função da sua expressão na forma de

⁶ Mandel (1990: 35-49) e Mandel (2003). Entre parênteses, Mandel atribui a Trotsky o conceito de *auto-organização*, e usa-o enfaticamente na hora de sintetizar o pensamento deste. De fato, aparece tangencialmente no texto de novembro de 1911, titulado “Por que os marxistas se opõem ao terrorismo individual”, publicado em *Der Kampf*, quando o revolucionário russo escreve: “Quanto mais eficazes são os atos terroristas e maior é o seu impacto, mais limitam os interesses das massas por sua auto-organização e auto-educação”. Depois o conceito desaparece – ainda que não a problemática que pretende sintetizar. Para um uso muito mais sistemático da noção de auto-organização, há que se esperar, como veremos adiante, em Pannekoek (1938).



partido, mas como valoração da ação das massas, da “espontaneidade consciente” e, em particular, da apropriação imediata dos meios de produção.

Nessa corrente, ainda sem aparecer sempre no nível nominal, o conceito de autonomia se vincula com as práticas e experiências de autodeterminação realizadas nos conselhos de operários. Vimos o aparecimento dessa abordagem no pensamento de Gramsci pré-cárcere, na etapa da Nova Ordem, assim como veremos sua expansão teórica nas reflexões de Socialismo ou Barbárie promovidas por Cornelius Castoriadis e prolongadas no debate francês dos anos setenta sobre autogestão.

O marxismo conselhistas inspirado no modelo soviets das revoluções de 1905 a 1917, forma uma linha de pensamento que atravessa a história do marxismo do século XX⁷. Suas origens partem, portanto, das reflexões de Lenin, Trotsky⁸. Encontra em Rosa Luxemburgo uma teorização importante. Passa por outras teorizações bolcheviques sobre a gestão da economia socialista entre 1918 e 1921, assim como pelas reflexões ligadas às experiências das ocupações das fábricas na Hungria em 1919, na Itália entre 1919 e 1920, na greve da Grã-Bretanha e dos delegados de fábrica entre 1918 e 1920, e nos Conselhos na Alemanha nos mesmos anos. Desenvolve-se nas contribuições dos trinta anos dos trotskistas, de Mao sobre os Soviets em Tsinkiang e Kiangsi, da revolução espanhola, do comunismo libertário e, em particular, da corrente holandesa do Comunismo e dos Conselhos encabeçada por Anton Pannekoek e Paul Mattick; possivelmente a mais sistemática e radical neste terreno⁹. Depois da Segunda Guerra Mundial, o conselhismo encontrará outros afluentes nas práticas de autogestão como forma institucional na Iugoslávia e na Argélia, mas também como formas de resistência nas rebeliões de operários na Polônia, Alemanha Oriental e na Hungria¹⁰. Por último, nos anos setenta, o florescer dos debates marxistas voltará a animar as preocupações conselhistas na Itália¹¹ e, como veremos mais detalhadamente, na França.

Toda a produção teórica do conselhismo gira ao redor da ideia de autonomia social e política da classe operária como conjunto de práticas e de experiências de

⁷ Generalizamos uma linha que está atravessada por polêmicas e conflitos, fundamentalmente no maior ou menor papel do partido, na maior ou menor valoração da espontaneidade.

⁸ Sobre os *soviets* e a relação com o enlace revolucionário do exercício do poder e da autodeterminação da classe operária, vinculando-se à questão do poder dual, analisado por Lenin, Trotsky; na América Latina desenvolvido pelo boliviano Zavaleta (1974).

⁹ Ver Bricianer, (1975); (1976, Vol II: 314-354). Os textos de Anton Pannekoek podem ser consultados em http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/indice.html.

¹⁰ Ver Mandel (1973).

¹¹ Elementos importantes do debate italiano podem ser revisados em Cuadernos del Pasado y Presente (1973).



autodeterminação que se desdobram em direção à ocupação e autogestão das fábricas¹². Ao mesmo tempo, essa centralidade não se traduz em uma teorização do conceito de autonomia enquanto tal.

Vejamos algumas passagens conceitualmente significativas da obra de Anton Pannekoek, o maior expoente do conselhismo mais radical, o conselhismo como corrente política diferente e separada.

Em um texto de 1938, num parágrafo que ilustra claramente a postura antipartidária desta corrente, a ênfase é dada na noção de auto-atividade:

As velhas formas de organização, o sindicato e o partido político, e a nova forma dos conselhos (soviets), pertencem a diferentes fases do desenvolvimento da sociedade e têm diferentes funções. As primeiras precisam reforçar a posição da classe operária entre as outras classes dentro do capitalismo, e pertencem ao período de capitalismo expansivo.

A última deve assegurar a dominação completa dos operários, para destruir o capitalismo e suas divisões de classe, e pertence ao período do capitalismo em declive. Em um capitalismo ascendente e próspero, a organização de conselhos é impossível, pois os operários estão completamente ocupados com a melhora das suas condições, a qual é possível nesse período através dos sindicatos e da ação política. Num capitalismo decadente que navega na crise, esses esforços são inúteis e a crença neles pode apenas dificultar o aumento da auto-atividade das massas. Nestes períodos, de elevada tensão e revolta crescente contra a miséria, quando os movimentos de greve se propagam por países inteiros e atacam as raízes do poder capitalista, ou quando, após guerras ou catástrofes políticas, a autoridade governamental se desmorona e as massas atuam, as velhas formas de organização fracassam contra as novas formas de auto-atividade das massas (Pannekoek apud Bricianer, 1975: 294-295).

Em 1946, em *Los Consejos Obreros*, o único livro de Pannekoek e o ápice de seu pensamento, as noções de autodeterminação, autogoverno, autorregulamentação e autoeducação, repetem-se e vinculam-se umas às outras:

O grande e decisivo passo no progresso da humanidade, a transformação da sociedade que agora ascende, consiste essencialmente em uma transformação das massas operárias. Pode-se realizá-la apenas através da ação, mediante a rebelião, pelo esforço das próprias massas. Sua natureza essencial é a autolibertação da humanidade [...].

Os conselhos operários são a forma de autogoverno que futuramente substituirão as formas de governo do velho mundo [...].

A autodeterminação dos operários a respeito da ação de luta não é um requerimento idealizado pela teoria, por argumentos de praticabilidade, senão a afirmação de um feito que surge com a prática [...].

¹² Assumimos nesta passagem uma ampla definição de *conselhismo* que não necessariamente exclui, como no caso do Conselhismo com “C” maiúsculo, a existência de um partido comunista. Ver, por exemplo, Varios, *Consejos Obreros y democracia socialista*, Cuadernos del Pasado y Presente, México (1977) e Rossanda (1973).



Ademais, em grande medida, pela primeira aparição de novas formas de auto-organização dos operários em luta, conhecidas pelo nome de soviets, isto é, conselhos [...] (Pannekoek, s/d).

E esta mudança corresponde também a uma mudança econômica que não é imposta por uma ordem vinda do exterior, mas que é resultado da autodeterminação da humanidade operária, que regulamenta com toda a liberdade o modo de produção segundo sua própria concepção.

Neste texto, o conceito de autonomia aparece apenas em duas ocasiões:

As forças da solidariedade e devoção ocultas neles apenas aguardam que apareça a perspectiva de grandes lutas para se transformarem em um princípio predominante da vida. *Ademais*, mesmo as camadas mais reprimidas da classe operária, que apenas se unem a seus camaradas de forma vacilante desejando apoiar-se em seu exemplo, logo sentirão também crescer nelas as novas forças da comunidade, e perceberão ainda que a luta pela liberdade pede não apenas a sua adesão, senão o desenvolvimento de todos os poderes de atividade autônoma e da confiança em si mesmos que disponham. Assim, superando todas as formas intermediárias de autodeterminação parcial, o progresso seguirá decididamente o caminho da organização de conselhos [...] (Pannekoek, 1938).

A autolibertação das massas operárias implica pensamento autônomo, conhecimento autônomo, reconhecimento da verdade e do erro diante do próprio esforço mental.

Em ambos os casos, a palavra não ocupa um lugar central, é adjetivo e não substantivo, mesmo quando o problema a que se refere seja o eixo em torno do qual gira a concepção conselhistas de Pannekoek.

A constatação de que o conceito não tenha sido objeto de teorização por parte do marxista holandês é corroborada pelo fato de que, anos depois, em um intercâmbio epistolar com Socialismo ou Barbárie – que embandeirava explicitamente a ideia de autonomia –, Pannekoek não abusará do termo, mantendo-o circunscrito à ideia de “poder autônomo” e “ação autônoma” na primeira carta, e de “autonomia das decisões”, “autogoverno” e “autogestão” na segunda (CEDINCI, 2009: 75-76).

A contribuição de Socialismo ou Barbárie

As reflexões elaboradas no seio do grupo Socialismo ou Barbárie, nos anos cinquenta e sessenta, na França, resultam em grande relevância teórica na medida em que articulam



as noções de autonomia como independência e como emancipação em função do conjunto de dinâmicas subjetivas correspondentes, o qual constitui uma perspectiva original no sentido do debate marxista e um referencial fundamental para desenvolver as conotações e o alcance subjetivo do conceito.

Uma ideia se converteu no eixo da reflexão do SoB e uma postura original dentro do debate marxista: “o socialismo é a autonomia”. Essa constitui o âmbito principal da luta de classes no capitalismo na medida em que este pretende negá-la sem êxito, deixando assim intacto o seu potencial como tendência subversiva. A inversão lógica se traduz em uma perspectiva analítica: é apenas na autonomia que se pode ver e entender a dominação capitalista.

A ideia e o projeto capitalista são entendidos como ponto de partida e de chegada, como instrumento e como processo. A autonomia era associada ao exercício de um livre arbítrio coletivo – em conflito permanente com a heteronomia da alienação promovida pelo capitalismo moderno – e aparece no SoB como meio e como fim da luta espontânea do proletariado em sua vida cotidiana e em todos os aspectos da vida social, começando pelo terreno mais imediato da exploração, que é o lugar do trabalho, e terminando em uma nova organização da sociedade, na emancipação do proletariado:

O socialismo só pode instaurar-se pela ação autônoma da classe operária, não é outra coisa senão essa ação autônoma. A sociedade socialista não é outra coisa senão a organização desta autonomia, que por sua vez, pressupõe-na e desenvolve-a (Chaulieu, 1957: 168).

A ação autônoma é o princípio, o meio e o fim; é a condição, o instrumento e o resultado do socialismo. Retomando termos clássicos, a independência de classe – entendida como prática de autodeterminação – não é um dado, mas um processo de emancipação que desemboca no socialismo, um processo caracterizado por experiências de emancipação. Abusando dos imperativos categóricos para fortalecer a originalidade e o caráter polêmico de suas afirmações, SoB põe a autonomia no coração da dinâmica política entendida como propriedade ou característica do sujeito e da ação e, ao mesmo tempo, desdobra-se como processo emancipatório que passa pelo, mas não termina no socialismo; mas sim que o socialismo amplia e “organiza”. Esse enfoque, com todas as suas arestas, articula a noção de autonomia-independência de classe com a de autonomia-autodeterminação como horizonte emancipatório. A autonomia não é apenas um recurso nem um mero cenário de emancipação, mas um processo impulsionado por um recurso e um recurso desenvolvido por um processo.



Como corolário, e aqui acaba configurando-se a originalidade da perspectiva do SoB, o conceito de autonomia se assenta na ideia de experiência que havia avançado Lefort em 1952. A autonomia é, portanto, um processo emancipatório de caráter subjetivo que se realiza na medida em que se desdobra a emancipação subjetiva a partir das experiências de autodeterminação. Dito de outra maneira, a autonomia representa o processo de subjetivação correspondente às experiências de emancipação.

Nesse sentido, se justifica e se entende a valoração sistemática – e inclusive a exaltação e idealização – da espontaneidade por parte do SoB, na medida em que é nela que se expressa a prática autônoma; essa se converte em experiência autônoma, a qual, por sua vez, é a base para novas práticas e ações autônomas. Esse ciclo de produção e reprodução da autonomia é a chave do processo revolucionário e do desdobramento da emancipação. A autonomia é, portanto, concebida pelo SoB como um horizonte emancipatório que se constrói no presente por meio de luta e se projeta sobre uma nova forma social. Nesse sentido, formula-se como um dispositivo prefigurativo e performativo do socialismo, entendido como “movimento real”: performativo na medida em que a autonomia orienta as lutas, e prefigurativo porque essas antecipam a forma de sociedade futura, ou seja, representam a sociedade socialista.

Coerentemente com sua confiança na capacidade autônoma do sujeito revolucionário, SoB argumenta sobre a necessidade de eliminar a chamada “transição ao socialismo” mediante a imediata dissolução de todas as formas burguesas (por exemplo, a diferenciação salarial) e tendencialmente do Estado, em geral, sob o princípio de que o socialismo é liberdade; ou seja, autonomia dos produtores associados.

Para SoB, a origem da burocratização na URSS se identificava com a perda de autonomia dos soviets frente ao partido e ao Estado. Daí que se havia concluído que a expropriação dos capitalistas era apenas a metade negativa da revolução proletária, a outra parte positiva teria que ser a ditadura econômica do proletariado que promovia e realizava em seus feitos a dissolução do Estado desde o início.

Fiel à tradição soviética, as formas concretas de autonomia são delineadas por Castoriadis em termos relativamente “clássicos” de gestão operária, através dos Conselhos de fábrica, os quais se articulariam em nível nacional em uma Assembleia geral e em um Governo dos Conselhos (Ibid.: 167-168). Contudo, essa formulação institucional, inspirada na experiência incompleta dos soviéticos, é considerada por Castoriadis, coerentemente com o enfoque do SoB, como uma forma “adequada” e não



“milagrosa”, sendo que nenhuma solução legal garantia o que apenas a ação autônoma de classe poderia realizar. Nisso o SoB se posicionava explicitamente contra o “fetichismo estatutário” e também contra o “espontaneísmo anarquista”.

Por outro lado, ainda sustentando a democracia direta a partir das “células sociais” dos lugares de trabalho, a partir da transparência, da informação e do conhecimento, Castoriadis defende a necessidade de um certo nível de centralização que não seja delegável, senão expressão do poder operário (Ibid.: 168). Como já assinalamos, o problema da autonomia se relaciona tradicional e logicamente com o tema da organização política, ou seja, com o tema do partido. Ainda que o SoB – em sintonia com suas origens no bolchevismo trotskista – defendia o papel histórico da vanguarda e da organização partidária para a difusão da consciência e dos objetivos da luta antiburocrática, pensava, também, na sua imediata dissolução no interior dos “organismos autônomos de classe” no processo revolucionário:

Uma organização assim não pode desenvolver-se se não preparar seu encontro com o processo de criação de organismos autônomos das massas. Nesse sentido, ainda que se possa dizer que representa a direção ideológica e política de classe nas condições do regime de exploração, há que se dizer também e, sobretudo, que é uma direção que prepara a sua própria supressão, a partir da sua fusão com os organismos autônomos de classe, desde que a entrada da classe em seu conjunto na luta revolucionária faça aparecer na cena histórica a verdadeira direção da humanidade, que é esse mesmo conjunto de classe (Socialisme ou Barbarie, 1949: 34-35).

Apesar do uso mítico da ideia do “conjunto de classe” como sujeito da história, SoB assumia os problemas de sua organização interna e propunha uma democracia operária baseada no pluralismo interno (frações) e a revogação de mandatos em nome de um exercício direto do poder que evitasse toda forma de delegação e burocratização.

Mesmo no longo texto de Adeus ao Marxismo, Castoriadis apresenta alguns pontos que, paradoxalmente, especificam e aprofundam a ideia de autonomia. Em particular, esta aparece ligada à noção de práxis:

Podemos dizer que, pela práxis, a autonomia do outro e dos outros é ao mesmo tempo o fim e o meio; a práxis é o que aponta o desenvolvimento da autonomia como fim e utiliza para esse fim a autonomia como meio [...]. O que chamamos política revolucionária é uma práxis que tem como objeto a organização e a orientação da sociedade em vista da autonomia de todos, e reconhece que esta pressupõe uma transformação radical da sociedade que não será, por sua vez, mais do que seu desdobramento na autonomia dos homens (Castoriadis, 1975: 112-115).

Aparecem aqui, de forma explícita, três pilares do pensamento de SoB. Em primeiro lugar, a autonomia como práxis, que alude à experiência e à subjetivação



política. Em segundo lugar, a articulação de sua duplicidade: como meio e como fim, como processo e como acontecimento. Em terceiro lugar, volta a mencionar a circularidade e a interdependência entre presente e futuro, entre a orientação das lutas de hoje e a forma de sociedade de amanhã. A autonomia está no início e no final do processo; em termos clássicos, é independência de classe e socialismo e, dessa maneira, torna-se o conjunto do processo, na medida em que os seres humanos – a partir de sua capacidade autônoma – o protagonizam.

Ao mesmo tempo, junto a uma intuição e uma abordagem original e enriquecedora, vislumbram-se os elementos de certa confusão conceitual derivada da ausência de uma clara distinção entre autonomia e autonominação, entre horizonte emancipatório e processo de emancipação. Uma distinção necessária para que se visualize plenamente a articulação que SoB esboça em traços gerais:

Queremos mostrar a possibilidade e explicitar o conjunto do projeto revolucionário, como projeto de transformação da sociedade presente em uma sociedade organizada e orientada no sentido da autonomia de todos, a partir de uma transformação efetuada pela ação autônoma dos homens, tal qual são produzidas pela sociedade presente (Ibid.: 116).

A última parte da citação revela uma das passagens mais problemáticas do formulado pelo SoB: “os homens, tal qual são produzidos pela sociedade presente”. Seguindo o raciocínio do SoB, trata-se dos “homens” alienados pela heteronomia ou dos portadores de autonomia? Ambas as figuras aparecem na análise do SoB como tipificações contrapostas, sem esclarecer a convivência ou a passagem de uma a outra, assumindo a autonomia como uma qualidade intrínseca que aparece ou desaparece magicamente. Contudo, ainda que se assuma a viabilidade da passagem ou se suponha a existência da qualidade, a abordagem do SoB baseia-se no automatismo, em um dispositivo mecânico. Nos equilíbrios e nas ponderações internas do pensamento do SoB, a ênfase sobre a autonomia como movimento real conduz a um mero reconhecimento das amarras alienadas e heterônomas (diríamos subalternas) como dado social que a autonomia tende a rebaixar, sem que lhes outorguem um peso e um lugar específicos, e sem que se constitua um problema teórico e político fundamental.

Como amostra disso, as considerações pessimistas sobre a despolitização e a privatização da vida, de 1959 em diante, aparecem como fora da lógica do pensamento autonomista do SoB, como contrapartida contraditória, uma interferência inaceitável e, de alguma forma, devastadora, na medida em que desmantela não apenas o otimismo



que regia a proposta, mas a própria proposta, desembocando no abandono do marxismo e na dissolução do grupo.

Em termos teóricos, a aposta sobre a autonomia deixa relativamente de lado o foco na luta de classes, desequilibra a abordagem ao colocá-la no terreno de um essencialismo autonomista que obstrui a capacidade de visualizar a complexidade e a profundidade da sua contrapartida subalterna, situada no interior das relações de dominação, com a qual logo se dissolve o processo do conflito de classe em uma espécie de “caminho livre” até a autonomia. Nesse sentido, a ausência de noções como autonomia relativa – que, por exemplo, conduz Gramsci de forma implícita ao se referir à autonomia integral – ou autonomização, contribui para a criação de uma noção absoluta, um essencialismo e um imperativo que fomentam a confusão conceitual e teórica que subjaz à abordagem do SoB.

Contudo, à margem dessas considerações, a reflexão do SoB não deixa de ser relevante porque oferece uma elaboração marxista do conceito de autonomia que explicitamente combina dimensões fundamentais: o princípio de independência, o horizonte e o processo emancipatório, junto das implicações subjetivas que lhes correspondem. Dado, instrumento e processo se fundem em uma só perspectiva.

Nessa articulação, particularmente significativa em nível conceitual, resulta o ângulo de análise dos processos de construção subjetiva ligado às dimensões de emancipação e de poder: a perspectiva da subjetivação autonômica, ancorada na noção de experiência, resultado de um diálogo entre ser social e consciência social. Embora essa, por si só, deixe descobertos outros aspectos da conformação subjetiva, ao mesmo tempo, essa acepção eventualmente coloca o conceito de autonomia ao lado das noções de subalternidade e antagonismo, como uma faceta fundamental da desigual e combinada construção dos sujeitos políticos no marco da dominação, por meio do conflito, no caminho rumo à emancipação.

O autonomismo

Junto do marxismo conselhistas, entendido em um sentido amplo, surgirá uma vertente explicitamente autonomista, que, sem maiores desenvolvimentos teóricos além dos de Negri e Castoriadis que veremos mais adiante, defende o princípio da autonomia como



critério de caracterização dos movimentos tanto em suas dinâmicas organizativas como em seus projetos emancipatórios. Por exemplo, Harry Cleaver (2004: 25-65) entende a autonomia num sentido amplo em relação a todos os movimentos históricos que impulsionaram lutas emancipatórias e que não se concretizaram em formas estatais, institucionalizadas ou burocráticas. Nesse sentido, a autonomia designa toda expressão de resistência à dominação que se manifeste espontaneamente, sem mediações. De uma perspectiva similar, George Katsiaficas, a partir da ideia luxemburguiana e gramsciana de “espontaneidade consciente”, delimita o campo do movimento autônomo da seguinte maneira:

À diferença da Social Democracia e do Leninismo, as duas principais correntes de esquerda do século vinte, os Autônomos, estão relativamente livres de cargas ideológicas rígidas. A ausência de toda organização central (ou incluindo qualquer tipo de organização primária) ajuda a manter a teoria e a prática em constante interação. De fato, a ação precede os Autônomos, não as palavras, e é o acúmulo de ações descentralizadas, geradas por pequenos grupos em função de suas próprias iniciativas, o que impede uma sistematização da totalidade do movimento, primeiro passo quando se quer dismantelar qualquer sistema. Não existe uma sistematização única que possa controlar a direção das ações que se formam na base. Mesmo quando os Autônomos não têm uma ideologia unificada e mesmo que nunca tenha havido um manifesto do movimento, suas abordagens evidenciam que lutam “não por ideologias, não pelo proletariado, não pelo povo”, mas (da mesma forma que as feministas abordaram na primeira vez) lutam por uma “política de primeira pessoa”. Eles querem a autodeterminação e a “abolição da política”, não a liderança de um partido. Querem destruir o sistema social existente por considerá-lo a causa da “desumanidade, da exploração e da monotonia cotidiana.” (Katsiaficas, s/d).

Obviamente, definições dessa natureza se aproximam tanto do comunismo libertário e do anarquismo que entram em vários aspectos na rota de colisão com postulados do marxismo. Neste limiar, as fronteiras entre correntes se tornam porosas.

De fato, nos nossos dias, essa aceção é própria de correntes políticas que se autodenominam autonomistas e que se reivindicam cada vez menos marxistas, ou que alargam e abrem seu marco teórico contribuindo com a confusa proliferação de neo e pós-marxismos, cujos perímetros escapam das definições precisas e rigorosas.

A ideia de autonomia como horizonte de emancipação volta a aparecer com uma frequência e intensidade surpreendentes no início do milênio, associada a um retorno do pensamento libertário e do anarquismo em consonância com as mobilizações altermundistas, mas também com um novo surto de reflexões marxistas,



neo ou pós¹³. Aparece, por outro lado, explicitamente no projeto neozapatista no México a partir de 1994, porém, mais vinculada à temática da autodeterminação territorial e sociocultural indígena, do que à formação de subjetividades anticapitalistas, e, com uma explícita abertura sobre um horizonte emancipatório integral, aparece nos movimentos argentinos de 2001-2002, com um maior apego às preocupações clássicas sobre a autonomia como libertação, suscitando uma produção teórica particularmente fértil e um conjunto de estudos empíricos sobre os processos correspondentes de subjetivação política¹⁴.

Além de Negri da Multidão, cujas ideias já analisamos, um exemplo destacado e amplamente reconhecido do pensamento que surgiu dessas experiências é o de John Holloway, quem assume o desafio da dinâmica da subjetivação em termos bastante similares aos que estamos destacando¹⁵.

Em seu livro mais conhecido, *Mudar o mundo sem tomar o poder*, Holloway desenvolve uma importante e polêmica reflexão teórica, partindo da análise da dominação como fetichização – o processo de separação entre quem cria e sua criação – e assumindo a distinção Spinoziana entre poder sobre e poder fazer, como contraposição entre subordinação e não-subordinação¹⁶:

É importante ter-se em mente que todas as sociedades de classe descansam na subordinação dos trabalhadores insubordinados, portanto, na violência: o que diferencia o capitalismo das outras sociedades de classe é a forma que a subordinação assume, o fato de que está mediada pela liberdade (Holloway, 2002: 258).

O poder fazer é para Holloway a medida da emancipação, entendida como autodeterminação, como autonomia:

Nossa luta é claramente uma luta constante para escaparmos do capital, uma luta por espaço, por autonomia, uma luta por afrouxar a corrente, para intensificar a des-articulação da dominação (Ibid.:270).

¹³ Mostras dessas tendências podem encontrar-se em Albertani (2004). Uma análise do retorno anarquista no altermundismo pode-se ver em Epstein (2001). Elementos de debate entre autonomistas, anarquistas e comunistas podem ser observados em um número monográfico da revista *Contretemps* (2003).

¹⁴ Ver, por exemplo, alguns textos nos quais aparecem referências explícitas à ideia de autonomia: *Colectivo Situaciones* (2003); *Rebón* (2007); *El Colectivo* (2007). Em particular, ver sobre o autonomismo argentino em Ouviaña (2009). Por último, para uma compreensão do autonomismo no contexto da história argentina recente, ver obras de Svampa (2005; 2008).

¹⁵ Sobre a trajetória intelectual de Holloway, ver Altamira (2006: 181-263).

¹⁶ Ver Holloway (2002), este livro foi objeto de um extenso debate e uma intensa polêmica. Não entraremos aqui nos seus aspectos mais profundos por não corresponderem aos propósitos do nosso estudo. Parte significativa do debate pode ser visto em Holloway (2006).



Em ensaio recente, esse autor assume explicitamente uma postura autonomista “negativa” rechaçando a abordagem operária por ser “positiva”, ou seja, por abordar uma recomposição subjetiva, quando Holloway sustenta, ao contrário, a necessidade de um sujeito anti-identitário, um movimento de negação permanente, uma dialética negativa¹⁷.

Por outro lado, a concepção de Holloway (2006: 5; 8; 11) aponta a ideia de um processo onde a autonomia é um projeto e um movimento:

Não há autonomia, não há autodeterminação possível dentro do capitalismo. A autonomia (no sentido de autodeterminação) apenas pode ser entendida como um projeto que nos leva continuamente contra e além das barreiras do capitalismo [...].
Cada etapa é a prefiguração da meta: autodeterminação social [...].

O impulso à autodeterminação conota um movimento constante, uma busca constante, um experimentar.

Nesse sentido, a autonomia é uma experimentação, mas não uma experiência, na medida em que não é, e nem sequer acaba sendo. O real seria para Holloway (2002: 271), o antipoder, a luta. Isso se traduz em uma negação – o grito – que se apresenta nos interstícios das lutas cotidianas:

A luta pela autonomia é um rechaço à dominação, o não que reverbera de uma forma ou outra, não apenas em locais de trabalho, senão onipresente, em toda a sociedade.

Ao mesmo tempo, a ideia de “para além” implica uma saída – por meio da negação – que se dá desde o interior da relação de dominação.

Da ótica que estamos propondo, o itinerário teórico sugestivo traçado por Holloway – ainda compartilhando as principais coordenadas conceituais – opera um salto teórico na medida em que funde o dentro e o fora, o contra e o para além, o poder fazer com o antipoder, a negação com a afirmação. Nesse sentido, a polaridade entre a subalternidade (fetichismo e poder sobre) e a autonomia (emancipação e poder fazer) resume o poder contra, simplificando a passagem do conflito e ignorando a especificidade do antagonismo. Assim como em Negri¹⁸, interioridade e exterioridade se

¹⁷ Holloway escreve (2009: 123-129): “No capitalismo a subjetividade é em primeiro lugar negativa, é um movimento contra a negação da subjetividade (a anticlasse antitrabalhadora)”.

¹⁸ A relação entre Negri e Holloway mereceria um tratamento específico. Uma aproximação crítica, de inspiração negriana, encontra-se em Altamira (2006: 265-327).



sobrepõem¹⁹. O contra e para além – insubordinação e não subordinação – fundem-se e confundem-se. Trata-se de uma operação teórica que obstrui a visibilidade de uma das três dimensões fundamentais, na medida em que, por um lado, distingue dominação e emancipação em termos analíticos, ao diluir a especificidade do antagonismo; e por outro, nos termos do real processo, articula a luta e a emancipação, mas separa e isola a dominação (a fetichização ou subalternidade), eliminando a sua influência e permanência nos processos de subjetivação política.

No fundo, para além de vítima do fantasma do idealismo essencialista, que Holloway tenta escapar insistindo no caráter relacional da luta de classes, sua abordagem está mais orientada a exaltar a emergência de um potencial subjetivo de nítida orientação antissistêmica, do que a forjar ferramentas conceituais que permitam decifrar as contradições que atravessam a conformação das subjetividades políticas.

Sem a pretensão de mencionar e analisar a fundo todas as expressões do conselhismo e sua extensão no autonomismo contemporâneo – que mereceriam um tratamento monográfico atualmente inexistente – nem, muito menos, a totalidade das referências implícitas no problema da autonomia, podemos sintetizar, em primeira instância, o debate marxista em relação a duas dimensões ou acepções da noção. A primeira, generalizada, de independência social, política e ideológica do sujeito-classe; e a segunda, menos difusa, que assume a autonomia como emancipação, entendida como processo, prefiguração ou modelo de sociedade. No interior dessa bifurcação, emergem distinções e articulações que tornam o debate complexo. Por exemplo, ambas acepções – como independência e como emancipação – incluem uma ambiguidade na medida em que designam tanto um dado – o meio ou o fim – como o processo.

Com efeito, a acepção que situa a autonomia como independência toma assento em uma tríplice determinação real (social, política e ideológica) que o marxismo tem postulado, como:

- A autonomia-independência como dado ou como acontecimento – como ponto de partida ou de chegada.
- A autonomia-independência como condição ou instrumento para a luta.
- A autonomia-independência como processo de construção subjetiva.

¹⁹ Mesmo Holloway (2002: 242-245) – quando polemiza a ideia de *imanência* negriana – insiste na interioridade “fetichista” e, por isso, enfatiza a negação contra toda a afirmação “positiva”: no antipoder, a antipolítica, o antissujeito.



Ao mesmo tempo, a acepção que vincula autonomia e emancipação – mais polêmica dentro do marxismo – pode ser desagregada da mesma maneira e, ao mesmo tempo, abrir-se a uma vertente de análise dos processos de subjetivação que nos interessa destacar.

Conclusão

Esta pesquisa sobre a ideia de autonomia, mas em particular as contribuições do SoB, permitem desenvolver os alcances do conceito e especificar seu conteúdo.

Por um lado, articulam sua acepção como independência de classe a partir da sua separação de classe dominante – o nascimento do sujeito – assumindo as implicações subjetivas da sua formação permanente com a emancipação em sua quádrupla dimensão: como meio, como fim, como processo e como prefiguração. Por outro, como contrapartida dessa extensão processual, relacionam a autonomia a uma determinada forma de subjetivação política que se desprende de práticas e experiências de libertação, forjadas no diálogo entre espontaneidade e consciência.

De acordo com o primeiro aspecto, é preciso lembrar que a associação entre autonomia e emancipação acarreta debates relativos à sua localização entre presente e futuro, entre a ênfase sobre o valor em si das lutas autonômicas de hoje e a ênfase sobre a autonomia como autorregulação societária futura. Esta última, não implica necessariamente a existência de um modelo, senão o reconhecimento do papel político de uma abstração, um mito – na linha traçada por Georges Sorel (1972) e retomada por Gramsci e Mariátegui –, um eco do passado – como sugeriu Walter Benjamin –, um horizonte de futuro e uma utopia possível – o ainda não defendido por Ernst Bloch.

Além disso, como tentativa de articulação entre temporalidades, destaca a hipótese de prefiguração. Nesse caso a autonomia não designa apenas a forma de sociedade emancipada do porvir – o fim – ou o significado das lutas do presente – o processo – mas sim o que caracteriza o seu sentido e sua orientação como antecipação da emancipação, como representação no presente da libertação futura. Nesse sentido, apresentando-se ou não como modelo abstrato, como projeto definido ou como mito, a autonomia começa a existir nas experiências concretas que a prefiguram, dando vida a um processo emancipatório que adquire materialidade se a entendemos, como Marx e



Engels entendem o comunismo, como um “movimento real que anula e supera o estado de coisas atual” (Marx e Engels). Nessa direção, pode-se pensar na autonomia como sinônimo de comunismo, um sinônimo que aponta para o método e para o conteúdo libertário e democrático, uma utopia procedimental que corresponde à utopia substancial ou matéria própria do comunismo”²⁰.

Seja referência abstrata ou experiência concreta, a autonomia orienta um processo real: a autonomização, o caminho para a autonomia integral, permeado de autonomies parciais ou relativas, o qual supõe o rechaço a todo autonomismo que comporte a idealização de uma propriedade metafísica do sujeito.

Nesses termos, a ideia de autonomia como processo de emancipação contraditório é sustentada por Mabel Thwaites (2004: 20) da seguinte maneira:

A autonomia é um processo de autonomização permanente, de compreensão continuada do papel subalternizado que impõe o sistema às classes populares e da necessidade de sua reversão, que tem suas marchas e contramarchas, seus fluxos e refluxos.

Por outra parte, se a autonomia é, por definição, a capacidade de estabelecer normas, ela é poder, e, portanto, depende-se das relações de poder; é poder entendido como relação e não como coisa ou objeto, relação entre sujeitos. A autonomia surge e se forja no cruzamento entre relações de poder e construção de sujeitos. Nessa interseção, a autonomia aparece como parte do processo de conformação do sujeito sociopolítico, ou seja, como a condição do sujeito que, emancipando-se, dita suas próprias normas de conduta.

Nesse sentido, pensando a democracia como “autodeterminação da massa”, escreve Zavaleta (1989: 87):

[...] o ato de autodeterminação de massa como momento constitutivo traz no seu seio pelo menos duas tarefas. Há, efetivamente, uma fundação do poder, que é a irresistibilidade convertida em pavor incorporado; há, por outro lado, a fundação da liberdade, ou seja, a implementação da autodeterminação como um costume cotidiano.

Voltando à dupla acepção independência-emancipação, evitando sua petrificação temporal – quer dizer que uma precede e é condição para a outra – podemos assumi-las como caras de uma mesma moeda, manifestações simultâneas de um mesmo processo.

²⁰ “Associação de produtores livres e iguais”, segundo Marx.



No debate marxista, assume-se que a independência de classe é uma condição sine qua non para a maturação de uma luta de classes na qual são representados os interesses dos oprimidos, a classe para si. Contudo, também se tem considerado que essa condição é o resultado de um processo de construção subjetiva, ou seja, de uma primeira etapa de emancipação, de saída da subalternidade. Nesse sentido, se justifica considerar que este primeiro degrau de conquista de autonomia não tem que estar, necessariamente, circunscrito à emergência do sujeito no seu contexto de dominação, na sua delimitação – divisão, diria Sorel (1972: 124) – mas que se prolonga no tempo, nas circunstâncias do conflito, até se converter na forma, por excelência, de sociedade emancipada.

Com essa conotação processual, a ideia de autonomia entra no acervo marxista como uma categoria fundamental para a análise e a compreensão dos processos de subjetivação política correspondente às experiências de emancipação e, dessa maneira, coloca-se potencialmente a par dos conceitos de subalternidade e antagonismo.ⁱ

Tradutores:

Gustavo Moura de Oliveira, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: comanchi@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1994-3864>.

Carla da Silveira Teixeira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: carla.s.teixeira.ct@gmail.com.

Referências Bibliográficas

ALBERTANI, Claudio (coord.) (2004) Imperio y movimientos sociales en la edad global. México: UCM.

ALTAMIRA, César (2006) Los marxismos del nuevo siglo. Buenos Aires: Biblos.

BASSO, Lelio (1977) Rosa Luxemburgo. México: Nuestro Tiempo.

BERGEL, Martín (2009) Balance del autonomismo argentino. In: ALBERTANI, Claudio; ROVIRA, Guiomar; MODONESI, Massimo. La autonomía posible. Reinención de la política y emancipación. México: UACM, p. 245-284.



BONEFELD, Werner (2008) Marxismo: la auto-emancipación de trabajadoras y trabajadores como proceso abierto. In: Herramienta No. 39, Buenos Aires, octubre.

BOURDET, Yvon (1977) Karl Marx y la autogestión. In: Cuadernos de Pasado y Presente, Consejos obreros y democracia socialista. Cuadernos de Pasado y Presente, No. 33, México, pp. 57-74.

BRICIANER, Serge (1975) Anton Pannekoek y los consejos obreros. Buenos Aires: Schapire.

CASTORIADIS, Cornelius (1975) L'institution imaginaire de la société. Paris: Editions du Seuil.

CEDINCI (2009) Correspondencia Pannekoek-Castoriadis. In: Políticas de la Memoria, CEDINCI, Buenos Aires, No. 8-9.

CHAULIEU, Pierre (Cornelius Castoriadis) (1957) Sur le contenu du socialisme. In: Socialisme ou Barbarie, No. 22, París, julio-septiembre.

CLEAVER, Harry (2004) Trayectorias de autonomía. In: ALBERTANI, Claudio (coord.). Imperio y movimientos sociales en la edad global. México: UCM, p. 25-65.

Colectivo Situaciones (2003) Piqueteros. La rivolta argentina contra il neoliberalismo. Roma: Derive Approdi.

Contretemps (2003) Changer le monde sans prendre le pouvoir? Nouveaux libertaires, nouveaux communistes. Contretemps. Textuel, No. 6, París, febrero.

Cuadernos de Pasado y Presente (1977) Consejos obreros y democracia socialista. Cuadernos de Pasado y Presente, No. 33, México.

El Colectivo (2007) Reflexiones sobre poder popular. Buenos Aires: El Colectivo.

ENGELS, Friedrich (1873^a) De la autoridad. In: Almanacco Repubblicano per l'anno 1874, diciembre.

_____ (1873^b) I bakuninisti a lavoro. Note sull'insurrezione in Spagna dell'estate 1873. Disponível em: www.marxists.org.

EPSTEIN, Barbara (2001) Anarchism and the anti-globalization movement. In: Monthly Review, Vol. 53, No. 4, Nueva York, septiembre.

GERAS, Norman (1980) Actualidad del pensamiento de Rosa Luxemburgo. México: Era.

GUÉRIN, Daniel (s/d) Rosa Luxemburgo y la espontaneidad revolucionaria. Buenos Aires: Anarres.

HOLLOWAY, John (2002) Cambiar el mundo sin tomar el poder. Buenos Aires: Herramienta-ICSyH-BUAP.



_____ (2006) *Contra y más allá del capital*. Buenos Aires: Herramienta-ICSyH- BUAP.

_____ (2009) *Autonomismo positivo y negativo*. In: ALBERTANI, Claudio; ROVIRA, Guiomar; MODONESI, Massimo. *La autonomía posible. Reinención de la política y emancipación*. México: UACM, p. 123-129.

KATSIAFICAS, George (s/d.) *La subversión de la política: movimientos sociales autónomos y la decolonización de la vida cotidiana*. Traducción de Alejandra Pinto, mimeo, en edición.

LAFARGUE, Paul (1881) *L'autonomie*. In: *L'Égalité*, 25 de diciembre, París.

LUXEMBURGO, Rosa (1916) *La crisis de la socialdemocracia (Juniusbroschüre)*. Escrito em 1915, divulgado em 1916.

_____ (1969) *Problemas de organización de la socialdemocracia rusa*. In: Varios, *Teoría marxista del partido político*, Vol. II. México: Cuadernos de Pasado y Presente, p. 41-63.

_____ (1995) *Il programa di Spartaco*. Roma: Manifesto libri.

_____ (2003) *Huelga de masas, partido y sindicato*. Madrid: Fundación Federico Engels.

MANDEL, Ernest (comp.) (1973) *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestión*. París: Maspero, III Vols.

_____ (1990) *Auto-organisation et parti d'avant-garde dans la conception de Trotsky*. In: *Quatrième Internationale*, No. 36, París.

_____ (2003) *La pensée politique de Léon Trotsky*. París: La Découverte.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1985) *Crítica al Programa de Gotha*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escogidas*, Quinto Sol, Vol. III.

_____ (s/d) *La Ideología Alemana*. Cap. 1. Feuerbach. *Oposición entre las concepciones materialista e idealista*.

_____ (1988) *Manifiesto del Partido Comunista*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escogidas*, Quinto Sol, Vol. I.

_____ (1999) *El Capital. Crítica de la Economía Política*. México: Fondo de Cultura Económica.



MATTICK, Paul (1976) Anton Pannekoek et la révolution mondiale. In: Histoire du marxisme contemporain, 10/18, París, Vol. 2, pp. 314- 354.

MIER, Raymundo (2009) Autonomía y vínculo: la creación de la acción colectiva. In: ALBERTANI, Claudio; ROVIRA, Guiomar; MODONESI, Massimo. La autonomía posible. Reinención de la política y emancipación. México: UACM, p. 83-122.

NORMAN, Emma (2007) El yo político. México: Ediciones Coyoacán.

OUVIÑA, Hernán (2009) La autonomía urbana en territorio argentino. en Claudio Albertani, Guiomar Rovira y Massimo Modonesi, La autonomía posible. In: ALBERTANI, Claudio; ROVIRA, Guiomar; MODONESI, Massimo. La autonomía posible. Reinención de la política y emancipación. México: UACM, p. 245-284 y 285-325.

PANNEKOEK, Anton (1938) Observaciones generales a la cuestión de la organización. In: Living Marxism, No. 5, noviembre.

_____ (s/d) Los consejos obreros. Disponible em: www.marxists.org/espanol/pannekoek/1940s/consejosobreros/index.html.

REBÓN, Julián (2007) La fábrica de la autonomía. Buenos Aires: Picasso.

ROSSANDA, Rossana (1973) Il Manifesto. Tesis de una disidencia comunista. México: ERA.

RUBEL, Maximilien (2000) Marx critique du marxisme. París: Payot.

Socialisme ou Barbarie (1949) Editorial. In: Socialisme ou Barbarie, No. 1, París, marzo-abril.

SOREL, Georges (1972) Réflexions sur la violence. París: Marcel Rivière et Cie.

SVAMPA, Maristella (2008) Cambio de época. Movimientos sociales y poder político. Buenos Aires: CLACSO-Siglo XXI.

_____ (2005) La sociedad excluyente. La Argentina bajo el neoliberalismo. Buenos Aires: Taurus.

THWAITES REY, Mabel (2004) La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción. Buenos Aires: Prometeo.

TROTSKY, León (1921) Las lecciones de la Comuna. In: Zlatoouste, 4 de febrero.



ZAVALETA, René (1989) Cuatro conceptos de la democracia. In: El Estado en América Latina. La Paz: Los amigos del libro.

_____ (1974) El poder dual en América Latina. México: Siglo XXI.

Sobre o autor

Massimo Madonesi

Doutor em Estudos Latino-americanos. Membro do Comitê de Redação da revista Memória e Diretor da revista OSAL da CLACSO. Autor do livro La crisis histórica de la izquierda socialista mexicana (2003) e de El Partido de la Revolución Democrática (2009), e de numerosos artigos sobre teoria marxista e movimentos sociais latino-americanos. Coordenou com Elvira Concheiro e Horácio Crespo, o livro El Comunismo: Otras miradas desde América Latina (2007); com Claudio Albertani e Guiomar Rovira, o livro La Autonomía Posible. Reinención de la política y emancipación (2010). Sua próxima publicação é o livro Subalternidad, Antagonismo y autonomía. Marxismos y subjetivación política. E-mail: modonesi@hotmail.com

O autor é o único responsável pela redação do artigo.

¹ Nota à tradução brasileira: algumas pequenas modificações textuais foram feitas ao longo da tradução com o intuito de democratizar o gênero generalizante. A equipe tradutora e revisora considera que esse pormenor linguístico contribuiu para a formação de uma sociedade mais justa no que se refere à divisão de poder entre gêneros. Ademais, as alterações foram feitas no texto, o que não inclui as citações.

